

Grupo dos Oito ^{Divida Externa} define como agir para abater dívida

BRASÍLIA — Os países do Grupo dos Oito — Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru, Venezuela e Uruguai — definirão de amanhã até sábado as linhas de ação que cada um, isoladamente, seguirá para obter vantagens com a implantação do Plano Brady de redução da dívida externa dos países em desenvolvimento. Na reunião de ministros da Fazenda se tentará responder indagações sobre a proposta do governo dos Estados Unidos: como, quando e quanto os devedores poderão descontar dos estoques ainda este ano.

No dia 28, quando os ministros dos outros seis países (o Panamá está temporariamente suspenso) chegarem a Brasília, estão previstos um encontro com o presidente José Sarney e, à noite, um jantar na residência oficial do ministro da Fazenda. Os latino-americanos aproveitarão para trocar idéias e relatar suas experiências no intrincado processo de renegociação das dívidas, comentou o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

Nesta segunda reunião no Brasil — a primeira foi em dezembro passado no Rio de Janeiro —, os ministros da Fazenda também deverão aprovar

documento relacionando as principais bases para a ação a ser desencadeada por cada um nas suas negociações com o mercado financeiro internacional. O cenário não mudou. Apenas foi introduzido um elemento novo, o Plano Brady, do qual todos, sem exceção, esperam poder se beneficiar ao longo deste ano. Alguns países, como México e Venezuela, como disse Sérgio Amaral, estarão na linha de frente, porque negociam acordos plurianuais de reescalonamento de suas dívidas.

US\$ 6 bilhões — A posição brasileira, porém, é bastante confortável. Embora o secretário para Assuntos Internacionais não divulgue com quais números a área econômica trabalha para a redução do estoque da dívida externa, extra-oficialmente admite-se que se possível as negociações resultarão em cifras da ordem de US\$ 6 bilhões. Assim, não estão descartadas operações previstas no acordo da dívida externa — conversão direta — ou mesmo por leilão, que deverá ser realizado ainda neste primeiro semestre, segundo Sérgio Amaral.

O acesso do Brasil ao Plano, insistiu, ficou comprovado no encontro do ministro Mailson da Nóbrega,

com o secretário do Tesouro americano e autor do Plano, Nicholas Brady, no início deste mês, quando assegurou uma posição de destaque ao país, dizendo que o Brasil está “on the top of the list” (no alto da lista). “O Plano Brady não é um clube em que se precise de uma carteira para ser membro”, reagiu Sérgio Amaral. Os problemas brasileiros para um acesso mais imediato às vantagens do Plano são de ordem política, reconheceu.

“Não se pode pretender negociar um acordo plurianual, como fará o México, no último ano de mandato do Presidente Sarney”, insistiu. No entanto as ações do governo, neste segundo semestre serão no sentido de “abrir caminho” para o próximo presidente que, se quiser se beneficiar das propostas do Plano Brady, terá que se submeter a acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird). Por enquanto, o ministro Mailson da Nóbrega pretende traçar a estratégia de ação a ser desencadeada a partir do segundo semestre para, se possível, entregar o país ao sucessor do presidente com uma dívida um pouco menor.



□ O governo brasileiro conseguiu contornar as dificuldades e obteve a confirmação da liberação, para hoje, dos US\$ 600 milhões dos bancos estrangeiros pendentes desde o final do ano passado, apesar de o país ainda não ter pago uma parcela de US\$ 50 milhões às instituições credoras, disse ontem o secretário para Assuntos Internacionais do Ministé-

rio da Fazenda, Sérgio Amaral. A liberação era esperada desde o início deste mês, mas a não-quitação pelo Brasil de dívidas vencidas e a falta de adesão de todos os bancos dificultaram o desembolso. Tão logo os US\$ 600 milhões estejam disponíveis o governo tentará obter uma outra parcela de igual valor